Conexão Letras

SOB A DERME DA MEMÓRIA DO IMIGRANTE JAPONÊS: PALIMPSESTO

SOUS LA SURFACE DE LA MÉMOIRE DES IMMIGRANTS JAPONAIS: PALIMPSESTE

Renan Kenji Sales Hayashi[1]

Resumo: Neste manuscrito, investigam-se as relações entre discurso, memória e imigração. A hipótese de trabalho caminha para a ideia de que, quando se trata da memória de imigração de japoneses, há uma série de operações que buscam filtrar, higienizar e modalizar a memória de imigração e direcioná-la para um lugar de constituição e construção de um imigrante japonês sempre no espectro do "bom imigrante", "dedicado", "organizado" e "trabalhador". Além disso, pelo fio do discurso, podemos constatar a constituição de um imaginário social acerca dos japoneses e seus descendentes que, a um só tempo, se apoia na memória discursiva de fatos ocorridos durante o período de imigração, bem como em fatos e noções advindas do Japão, como nação, retomando, inclusive características históricas do período totalitário, disfarçadas de um discurso autóctone nipônico. Para conduzir tal investigação, nos debruçamos sobre um texto de lei que cria a chamada "rota nipo-curitibana", elegendo espaços e monumentos como locais de celebração da imigração. A nosso ver, esses espaços, tanto quanto o texto de lei, merecem uma análise aprofundada, a partir da Análise do Discurso (AD), em articulação com outros campos do saber, a fim de buscar desvelar efeitos de sentidos e construções discursivas tidas como naturais sob efeitos de verdade. No presente artigo, apresentamos resultados de análise desse movimento teórico-metodológico com a AD, assim como com autores dos campos da sociologia, estudos culturais e psicanálise.
Palavras-chave: Análise do Discurso. Pêcheux. Memória. Imigração. Japoneses.

Resumé: Ce manuscrit explore les liens entre discours, mémoire et immigration. L'hypothèse de travail suggère que, face à la mémoire de l'immigration japonaise, une série d'opérations visent à la filtrer, la purifier et la moduler, l'orientant vers la construction de l'image de l'immigrant japonais, toujours inscrite dans le spectre du « bon immigrant », « dévoué », « organisé » et « travailleur ». De plus, à travers le prisme du discours, on observe la constitution d'un imaginaire social sur le peuple japonais et ses descendants qui, simultanément, s'appuie sur la mémoire discursive des événements survenus durant la période d'immigration, ainsi que sur des faits et des notions propres au Japon en tant que nation, reprenant même des caractéristiques historiques de la période totalitaire, dissimulées sous le couvert d'un discours autochtone japonais. Pour mener cette enquête, nous nous sommes concentrés sur un texte juridique créant la « route japonaise-Curitiba », désignant des espaces et des monuments comme lieux de célébration de l'immigration. Selon nous, ces espaces, ainsi que le texte juridique lui-même, méritent une analyse approfondie au moyen de l'analyse du discours (AD), en lien avec d'autres champs de connaissances, afin de mettre au jour les effets des constructions sémantiques et discursives considérées comme naturelles sous l'influence de la vérité. Dans cet article, nous présentons les résultats de cette approche théorico-méthodologique utilisant l'AD, ainsi que les contributions d'auteurs issus des domaines de la sociologie, des études culturelles et de la psychanalyse.
Mots-clés: Analyse du discours. Pêcheux. Mémoire. Immigration. Japonais.

[1] Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor adjunto no Departamento de Letras Estrangeiras Modernas - Japonês na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Ponto de partida

Memória do imigrante. Essa construção sintagmática carrega consigo um conjunto de possibilidades de interpretação. De início, vemos como o uso da preposição aponta para o sentido genitivo, em que a imigrante *porta* uma memória, traz consigo esse elemento inalienável. Contudo, há também – pelas não-coincidências do dizer – a possibilidade de leitura da porção final "do imigrante" como o conteúdo da memória, portanto, uma memória *acerca* do imigrante. Justamente por essa equivocidade da língua, na tentativa de encerrar os sentidos, há quem sugerisse a inserção de um artigo – definido ou indefinido – antes do núcleo sintagmático, para lhe conferir mais asserção. *Uma* memória do imigrante. Ou ainda, *a* memória do imigrante. Fato é que a equivocidade permanece. Não porque o uso do mecanismo de adjunção configure desvio da norma, mas, sim, porque os efeitos de sentido permanecem apontando para uma multiplicidade de leituras ocasionadas não sobre o uso do artigo, mas sob a derme do *imigrante*.

Calligaris (2017) recorda que o imigrante – europeu ou asiático, por exemplo – vem ao Brasil, no início do século XX, na condição de colono, para lavrar a terra de um país que havia recém liberto sua mão-de-obra escravizada. Com efeito, "[o] colono é quem, vindo para o Brasil, viajou para outra língua, abandonando a sua língua materna" (Calligaris, 2017, p. 41). E nesse processo de abandono, anos depois, viu-se na tentativa de recuperação de parte dessa matéria forçosamente deixada para trás, a partir de iniciativas que condensam, a um só tempo, história e memória, ora mais factual, ora mais ficcional. Os museus de imigração e centros culturais são testemunhas disso. Do ponto de vista da linguagem, o constante uso do termo "imigrante" foi se constituindo de tal forma que, no fio discursivo e na textura sócio-histórica brasileira, esta palavra parece deixar de descrever um conteúdo, passando a identificar um elemento que irrompe a partir da ordem do já-dito, já-conhecido, já-sabido, sobretudo, quando utilizada com algum tipo de gentílico, a exemplo do "imigrante japonês". À vista disso, a estabilização do termo "imigrante japonês", como categoria de uma representação supostamente já-entendida, importa consigo uma série de efeitos de sentido que são atualizados e referendados via funcionamento discursivo. Explico.

Pêcheux ([1975] 2014, p. 90) assevera, por meio de um estudo rigoroso e formal, a construção discursiva de nomes próprios implicando, via perífrase, a possibilidade de dizer "a

mesma coisa" justamente por conta da condensação de sentidos em torno de um elemento próprio. Com efeito, diz o autor, que "[...] aos nomes próprios 'simples' correspondem *necessariamente* nomes próprios 'compostos', não lexicalizados, mas sim construídos por diversos funcionamentos sintáticos" (Pêcheux, [1975] 2014, p. 90). É bem verdade que "imigrante japonês" passa ao largo do uso de um nome próprio. Contudo, o que discutimos neste texto é justamente como, referendado pela construção discursiva, ao longo do recorte sócio-histórico do século XX, o termo alça uma categoria estabilizada, ao qual se associam uma série de predicativos, como "trabalhador", "organizado" e "pacífico". A nosso ver, o que está na gênese dessa associação é o mecanismo de gestão da memória do povo japonês no Brasil, em que esta gestão – por um efeito de evidência – ficou a cargo dos próprios imigrantes e filhos de imigrantes japoneses residentes no Brasil. À vista disso, no processo de gestão da memória, o trabalho caminhou para a estabilização de termos, de tal forma, que a perífrase do "bom imigrante" não foi somente desejada, como incentivada.

Dito de outro modo, o que está em jogo é a identificação dos sujeitos na textura da história e da memória dos imigrantes e como esse mecanismo de identificação caminhou para o efeito de evidência em que, semelhantemente ao que assevera Pêcheux ([1975] 2014, p. 92), "[...] sua capacidade para dizer "eu, Fulano de tal", é aqui fornecida como uma evidência primordial: é "evidente" que somente *eu* poderia dizer "*eu*" ao falar de *mim mesmo*". Em outras palavras, somente o imigrante e o filho de imigrante conseguem dizer algo sobre si e sobre sua memória. Dessa forma, a gestão desse trabalho de memória, no tecido social brasileiro, traz à baila esse efeito de evidência como naturalizado e chancelado por uma proveniência familiar justificada e, até mesmo, esperada. Nesse sentido, é no trabalho com a linguagem que veremos como essa operação se desenvolve.

Para fins de dispositivo analítico, lançamos nosso olhar para o estado do Paraná, mais especificamente para a cidade de Curitiba. Moriwaki e Nakata (2008) discorrem longamente sobre a história da imigração japonesa no Brasil, destacando que houve uma forte concentração de imigrantes nos estados de São Paulo e Paraná. Apesar de muito mais concentrados no interior do estado paranaense, a presença da imigração japonesa na capital é bastante sentida. Não só pela quantidade de restaurantes de culinária japonesa, como também pela existência de um centro de difusão de língua e cultura japonesa – *Bunkyô* de Curitiba –, um consulado geral do Japão, templos budistas, a Praça do Japão – com uma réplica de palácio construído à semelhança de uma famosa edificação japonesa –, além de outras iniciativas como festivais

japoneses, eventos culturais e, merecendo destaque, os cursos de graduação em Língua e Literatura Japonesa – Bacharelado e Licenciatura – na Universidade Federal do Paraná.

Todo esse contexto cria uma atmosfera de circulação de sentidos que estabiliza – ou procura estabilizar – os sentidos da imigração japonesa naquilo que é recortado, higienizado e manejado para a construção, via discurso, dos efeitos da imigração japonesa na capital paranaense. Mais do que isso, em nossa leitura, há um processo de naturalização dos sentidos da imigração japonesa em que, por um processo de simplificação, os sentidos de ser "imigrante japonês" colocam em cena a porção cultural/comercial como a superfície do sentido, relegando o caráter histórico dos acontecimentos como matéria da ordem do esquecimento seletivo, portanto, ativo. Mais do que isso, entendemos que o que ocorre "[...] é uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença, constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais" (Bhabha, 1998, p. 117).

Ao apontarmos esse processo de simplificação cultural, estamos necessariamente nos localizando no terreno movediço interdisciplinar dos estudos da linguagem que se articulam com saberes e proposições teóricas de outros campos do saber, pois conforme aponta Pêcheux ([1975] 2014),

> [...] o caráter espontaneamente materialista da Linguística como prática científica *nos limites de seu domínio*, o que significa reconhecer, como dizíamos no começo deste trabalho, que a Linguística *é solicitada constantemente para fora de seu domínio*, acerca de um certo número de pontos sobre os quais, acreditamos, é impossível que ela não tenha "sua contribuição a dar" (Pêcheux, [1975] 2014, p. 77).

De forma mais material, compreendendo que o "[...] discurso é conceito teórico e metodológico e texto é conceito analítico" (Orlandi, 2023, p. 139), temos nos interessado, analiticamente falando, em como iniciativas de texturas mais oficiais caminham para essa já mencionada estabilização de sentidos acerca do "imigrante japonês" no recorte paranaense. Para este manuscrito, voltamos nosso olhar para o projeto de lei tramitado na Câmara Municipal de Curitiba, em 30 de junho de 2024 e aprovado em abril de 2025, que cria o chamado "Roteiro Turístico da presença japonesa no Município de Curitiba, ou a Rota Nipo-curitibana[2]". Esse projeto tem por intuito "a promoção e a divulgação dos monumentos e logradouros que

[2] Código: 005.00093.2024, disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&cod=005.00093.2024.

remetem, celebram e homenageiam a imigração japonesa no Município de Curitiba" (p. 1). Como uma das justificativas, o texto do projeto de lei assevera que "[...] felizmente, o tempo passou e a guerra ficou no passado. Os japoneses resistiram e, agora, seus descendentes, nascidos aqui, além de brasileiros, também são curitibanos. A colônia japonesa, graças a muito trabalho e resiliência prosperou".

Com efeito, um dos pontos centrais do texto, como veremos mais adiante nos resultados de análise, é apresentar a questão da memória do imigrante japonês – sob a textura incontornável das consequências da Segunda Guerra Mundial – propondo uma valoração positiva da atuação dos imigrantes, *apesar* dos elementos mais característicos que atravessam a história da imigração japonesa no Brasil. Bem por isso, a nosso ver, a gestão da memória de imigração japonesa comparece não só entretecendo fios de uma ressignificação do passado recente, mas também propondo ativamente – via discurso – o que entra na rota da repetição e o que fica no plano esquecimento ativo. Concordando com Yerushalmi, "[...] o esquecimento coletivo é certamente uma noção tão problemática quanto a da memória coletiva (Yerushalmi, [1987] 2017, p. 15), este artigo tem por objetivo investigar, via análise do discurso, de que maneira os efeitos de um texto, que se inscreve no domínio político de determinação de leis, atua ou não como um mecanismo discursivo de proposição de representações do imigrante japonês, no recorte da realidade paranaense, atuando de forma a estabilizar e antecipar a representação cultural do imigrante japonês em categorias de valoração sempre positiva, a partir de chaves como "trabalhadores", "organizados" e "pacíficos".

Nesse sentido, para este texto, vamos trabalhar com a materialidade linguística do texto de lei aprovado na Câmara Municipal de Curitiba, bem como informações e imagens colhidas dos "lugares de memória" (Yerushalmi, [1987] 2017) que o texto de lei supracitado faz referência. A partir daí, identificaremos quais são os efeitos de sentido que se mobilizam via memória discursiva e materialidade linguística. Para tanto, este artigo elege a seguinte pergunta de pesquisa, a qual guiou o olhar analítico ao longo do artigo: *de que maneira iniciativas oficiais contribuem para a estabilização de sentido no que tange à gestão da memória do imigrante japonês*? Esta pergunta dialoga com nossa hipótese de trabalho, para a qual a memória do imigrante japonês, por meio de iniciativas que higienizam os acontecimentos históricos, representa um palimpsesto (Genette, 2010), na medida em que ocorre uma raspagem da superfície do palimpsesto, com constante escritura e reescritura, em que, a um só tempo, vê-se a superfície dos sentidos e as marcas mais profundas, em vias de um apagamento/esquecimento.

Para levar a cabo esta investigação, iniciaremos este texto com recorte teórico, com uma articulação que se mostra pertinente à linha de raciocínio ora empregue. Em seguida, apresentamos brevemente as notas metodológicas deste estudo, seguidas dos resultados de análise obtidos via análise da materialidade linguística. Por fim, propomos um horizonte de reflexão, encerrando, momentaneamente, a mobilização teórico-metodológica que motivou este texto. Passemos, portanto, à primeira seção deste manuscrito.

Mais fios teóricos

As representações acerca do povo japonês no Brasil não são recentes. Considerando que o início da imigração data do ano de 1908, vemos que mais de um século constitui esse passado ora mais idílico, ora mais factual. Sérgio Buarque de Holanda, no seminal texto *Raízes do Brasil* (1936), já aponta um embrião daquilo que ajudaria a compor a memória discursiva das representações acerca dos japoneses, o que, menos de uma década depois, teria uma ruptura constitutiva. Para o autor,

> [...] [e]ntre os japoneses, onde, como se sabe, a polidez envolve os aspectos mais ordinários do convívio social, chega a ponto de confundir-se, por vezes, com a reverência religiosa. Já houve quem notasse este fato significativo, de que formas exteriores de veneração à divindade, no cerimonial xintoísta não diferem essencialmente das maneiras sociais de demonstrar respeito (Holanda, [1936] 2014, p. 176).

Holanda ([1936] 2014) não somente destaca essa característica – "polidez" – como um elemento de valoração positiva para o povo japonês, como também aponta que essa polidez é uma dimensão que atravessa, inclusive, os mais ordinários momentos da vida social, propondo como algo de uma natureza autóctone, imanente. Holanda ([1936] 2014) propõe essa visada não como um ponto de leitura do povo japonês em si, mas como um contraste acerca do povo brasileiro, escopo de seu empreendimento teórico. Nas palavras do estudioso,

> [...] [n]enhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem cordial": é a forma natural e vida que se converteu em fórmula (Holanda, [1936] 2014, p. 176-177).

No intento de propor o delineamento daquilo que o autor pondera sobre a contribuição do *homem cordial* para a sociedade brasileira, Holanda ([1936] 2014) contrasta as duas representações dos povos, destacando que, em realidade, o comportamento do brasileiro se fundamenta contrariamente ao que foi constatado pelo convívio com os imigrantes japoneses à época de escritura da obra. Guardando as devidas proporções temporais e contextuais, podemos encontrar ecos desse tipo de discurso em outras obras e textos de natureza mais descritiva, inclusive dos próprios autores japoneses. Textos estes que procuram representar o povo japonês, antes de tudo, como um povo cuja manifestação no espaço público é modulada e modalizada por esta injunção – chamada alhures como *polidez* – de fazer momentos de interação centrados na cortesia e na troca de expedientes culturais tacitamente considerados esperados. Akira Mizubayashi, por exemplo, autor japonês, escreve seus textos majoritariamente em francês após o contato com esta língua por meio de um programa de rádio na segunda metade do século XX, tece comentários sobre o próprio povo acentuando essas características, sendo estas tributárias da cultura e, sobretudo, da língua japonesa. Para o escritor,

> [e]u venho de um país e, principalmente, de uma língua, onde, para estabelecer relações com uma pessoa considerada como vivendo em um mundo que não é seu, pedimos desculpas constantemente, pedimos perdão o tempo todo, como se, acima de tudo, tivéssemos que moderar a violência inerente a esse gesto de iniciação relacional (Mizubayashi, 2007, p. 171-172)[3].

Em mirada mais à superfície, tais representações – Holanda ([1936] 2014 e Mizubayashi (2007) – comparecem como elementos elogiosos e, até mesmo, desejáveis, uma vez que propõem uma leitura generosa e muito bem higienizada acerca daquilo que salta aos olhos como a característica mais proeminente do povo japonês. Contudo, o que propomos para este trabalho é repensar como que esse tipo de proposição é introduzido no fio do discurso e sustentado ao longo dos contextos sócio-históricos, produzindo, pois, efeitos de estabilização de sentidos e planificação de diferenças. A nosso ver, esses mecanismos de estabilização têm seu cerne na

[3] No original em francês: "*Je viens d'un pays et surtout d'une langue où, pour établir des relations avec une personne considerée comme habitant um monde qui n'est pas le vôtre, on s'excuse sans cesse, on demande pardon à tout bout de champ, comme si on devait avant toute chose tempérer la violence inhérente à un tel geste d'amorce relationnelle*" (Mizubayashi, 2007, p. 171-172, tradução nossa).

ideia de construção do par Oriente/Ocidente, bem como na própria ideia de constituição dos mecanismos de história e memória em alteridade, sob o regime de história cultural. Discorro.

Didi-Huberman (2017) assevera que o que consideramos como cultura é, antes de tudo, um espaço de conflitos, de disputas de representação e uma maneira muito singular de propor destaque ou apagamentos dos sujeitos representados. Para o francês,

> [...] a cultura, portanto, não é cereja do bolo da história; desde sempre é um lugar de conflitos em que a própria história ganha forma e visibilidade no cerne mesmo das decisões e atos, por mais "bárbaros" ou "primitivos" que estes sejam (Didi-Huberman, 2017, p. 20).

À vista disso, por meio da textura histórica, o fio discursivo que incide sobre a cultura ganha existência e visibilidade. Mais do que isso, ganhando existência, este fio possibilita a existência de outros elementos igualmente discursivos. Categorias estas que viabilizam a reflexão do espaço social e cultural a partir de chaves de interpretação que ora comparecem como mais arbitrárias, ora mais racionalizadas. Se voltarmos ao ponto em que havíamos discutido, a questão das representações acerca do povo japonês, veremos que essas proposições são diretamente atravessadas por um conhecimento cultural que surge no horizonte como efeito de verdade, mas que é, antes de tudo, uma abstração arbitrária forjada no fio do discurso. Estamos certamente falando da ideia de *Orientalismo* (Said, 2007). Para o autor palestino, a ideia de Oriente/Ocidente é, portanto, muito mais um projeto político de demarcação da alteridade, do que uma necessidade premente de organização do espaço geográfico-cultural. Nas palavras do autor,

> [a]o mesmo tempo, *Orientalismo* é, em grande medida, um livro ligado à dinâmica tumultuosa da história contemporânea. Assim sendo, enfatizo que nem o termo "Oriente" nem o conceito de Ocidente têm estabilidade ontológica; ambos são constituídos de esforço humano – parte afirmação, parte identificação do Outro (Said, 2007, p. 13).

O autor, tocando especificamente na questão historiográfica, assevera que o que chega até nós como presentificação dos acontecimentos históricos é, em maior ou menor medida, uma *escrita* historiográfica. E como tal, é investida de elementos de subjetividade, apagamentos, destaques, distorções e formas autorizadas de esquecimentos e destaques. Para Said (2007),

> [...] a história é feita por homens e mulheres, e do mesmo modo ela também pode ser desfeita e reescrita, sempre com vários silêncios e elisões, sempre com formas impostas e desfiguramentos tolerados, de modo que o "nosso" Leste, o "nosso" Oriente possa ser dirigido e possuído por "nós" (Said, 2007, p. 14).

Não por acaso, neste manuscrito, colocamos em questionamento as maneiras como o imigrante japonês é representado, pois, a nosso ver, há algo que precisa ser trazido à baila via problematização do discurso, o qual procura por meio de elementos de um certo passado – ora mais factual, ora mais imaginado – resgatar sentidos acerca do povo japonês no Brasil, buscando estabilizar os sentidos de representação com enfoque em traços muito específicos, mantendo outros sobre o regime de apagamento, como se verá na seção seguinte. Por ora, seguimos nosso questionamento concordando com as reflexões de Yerushalmi ([1987] 2017) sobre usos do esquecimento. O autor inicia sua proposição indagando "em que medida temos necessidade da história? E que tipo de história? De que deveríamos lembrar, que poderíamos nos autorizar a esquecer?" (Yerushalmi, [1987] 2017, p. 13).

Régine Robin (2016), historiadora franco-quebequense, por seu turno, propõe para sua escritura historiográfica um tipo de abordagem que nos faz pensar justamente se o processo de constituição dos discursos não guarda, mesmo que minimamente, semelhança com a proposta destacada por ela. No curso de seu trabalho, Robin (2017) assevera que "na minha escritura de ficção, recorro à colagem, à montagem, à composição, a tudo o que pode dar indícios de tempos esquivos que vivemos, a tudo o que permite estremecer as temporalidades (Robin, 2017, p. 19). Se assim o for, vemos como os processos de constituição das histórias dos povos, esses mecanismos de colagem, montagem, reconfiguração, justaposição dos fatos contribuem, sobremaneira, para uma apresentação *subjetiva* de fatos *coletivos*. Dito de outro modo, se a escritura perpassa esses elementos subjetivos, é de se esperar que esse excesso de subjetividade compareça, antes de tudo, como o motor que desenvolverá a forma como determinadas histórias serão lembradas e/ou esquecidas. Robin (2017) dá um exemplo, mostrando que, no que diz respeito à terra do sol nascente,

> [o] Japão nem sempre foi "capaz" de pensar seu papel nos massacres de Nanquim, para tomar apenas este exemplo, entre os mais célebres. O Japão, aliado à Alemanha hitleriana, grande potência do Eixo, invadiu a China no Norte em 1937. Em Nanquim, o exército japonês se lançou a um massacre de civis que fez ao menos 150 mil mortos (Robin, 2017, p. 169).

Além disso, Robin (2017) também recorda que já 1995, 50 anos após a Segunda Guerra, as produções fílmicas e culturais retratavam o passado japonês, de forma a mostrar "[...] que a [Segunda] Guerra tinha sido apresentada e vivida antes como um 'desastre natural', o que permitia se subtrair de toda responsabilidade" (Robin, 2017, p.172). Nesse sentido, quando

vemos uma iniciativa do aparato político da Câmara de Curitiba em incentivar uma rota Nipo-Curitibana focando em pontos turísticos como templos budistas, réplicas de palácios e praças de líderes da imigração, em nossa leitura, ocorre a construção – e o reforço – de um imaginário que vai, por meio da colagem, da justaposição e da reconfiguração, remontar a ideia de Japão no Brasil não como um lugar com atravessamento belicista e conflituoso. A ideia, pois, é desenvolver uma gestão da memória do povo com esquecimentos seletivos e destaques característicos de traços muito higienizados de pontos da cultura japonesa que fixam traços da terra do sol nascente em estereótipos culturais e *lugares de memória* (Yerushalmi, [1987] 2017) com lacunas evidentes.

Com efeito, a memória do imigrante japonês – ao menos no caso que analisamos – se apoia nos recursos selecionados e criteriosamente acentuados pelos elementos que a dão sustentação e chancela, por exemplo, um projeto de lei. Entretanto, conforme assevera Didi-Huberman (2017), "[...] a arte da memória não se reduz ao inventário dos objetos trazidos à luz, objetos claramente visíveis. Depois, que a arqueologia não é apenas uma técnica para explorar o passado, mas também, e principalmente, uma anamnese para compreender o presente" (Didi-Huberman, 2017, p. 67). Dessa forma, para este manuscrito, entendemos a memória não como um mecanismo linear, consciente, racional, lógico, inquestionável e estável. Aqui, vamos compreender a memória, a partir de Bhabha (2011), descrevendo-a como

> [...] a memória comunal [que] pode buscar suas significações a partir de um sentido de causalidade, compartilhado com a psicanálise, que negocia a recorrência da imagem do passado, enquanto mantém aberta a questão do futuro. A importância de tal retroação está na sua habilidade de *reinscrever o passado*, de reativá-lo, de realocá-lo, de *ressignificá-lo* (Bhabha, 2011, p. 94).

Portanto, para esta investigação, apoiamo-nos na articulação do autor indiano, sobretudo, quando este aproxima a memória – do tecido social – com elementos da psicanálise. Em nossa leitura, há um ponto de contato singular que faz essa leitura sobre memória e o campo do saber freudiano funcionar justamente porque colocam o estatuto da memória em um lugar subjetivo, de interpretação, de sujeição, atravessado pelo inconsciente, condicionado à linguagem, conforme sugere a própria psicanálise. À vista disso, se buscássemos no edifício psicanalítico algum tipo de analogia ao que compreendemos acerca da memória, certamente encontraríamos no texto freudiano *Notas sobre Bloco Mágico* (1925) um suporte à nossa argumentação. Nesta ocasião, Freud ([1925] 2011) assevera que o aparelho psíquico perceptual

se assemelha a um dispositivo do tipo *bloco mágico*, uma pequena tábua de cera coberta por um papel encerado. As gravações feitas sobre o papel encerado ficam marcadas até que se descole essa estrutura celuloide da pequena tábua. Embora o que tenha sido escrito seja apagado da folha que cobre a tábua, o que foi anotado fica gravado na superfície do bloco, fornecendo não apenas o suporte para a escrita, como também um aparato com os traços duradouros das escritas anteriores. Seria dessa forma, grosso modo, que o aparelho psíquico realizaria sua função perceptiva, produzindo, portanto, as lembranças que compõem a memória. O que esteve no papel pode se esvanecer, o que fora gravado na tábua, não. Nas palavras do médico austríaco,

> [a] superfície que conserva a anotação, a caderneta ou folha de papel, torna-se como que uma porção materializada do aparelho mnemônico que carrego em mim, ordinariamente invisível. Se tenho presente o lugar em que foi acomodada a "recordação" assim fixada, posso "reproduzi-la" à vontade, a qualquer momento, e estou seguro de que ela permaneceu inalterada, ou seja, de que escapou às deformações que talvez sofresse em minha memória (Freud, [1923-1925] 2011, p. 242).

Nesse sentido, a memória não comparece como um elemento indiviso, cartesiano, lógico-racional e uno. É, pois, uma dimensão de multiplicidades, diferentes representações e, em última análise, lugar de circulação dos diferentes efeitos de sentido da linguagem. E esse ponto é de capital importância para este estudo, pois caminha ao par com nossa percepção de acerca dos modos de funcionamento da linguagem. Orlandi (2023) recorda que a noção de *sentido literal*, se comparado a outros sentidos, nada mais é do que um efeito discursivo que centraliza um determinado sentido em detrimento de outros. Dito de outro modo, o fato de um sentido estar em maior evidência que outros, decorre, antes de tudo, de um processo de chancela e dominação, em que a marginalização dos outros efeitos de sentido dependem das condições de produção, das relações de forças presentes, das relações de sentido e dos sujeitos envolvidos. Nas palavras da estudiosa,

> [d]essa maneira, não se mantém a noção de um sentido *literal* em relação aos outros sentidos, isto é, os *efeitos de sentido* que se constituiriam no uso da linguagem. Não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a *dominação* de um deles. O sentido literal é um efeito discursivo (Orlandi, 2023, p. 171).

Com efeito, se não há um centro, como o sentido literal, semelhantemente, não há uma versão da memória que seja indelével, una, central e para onde devam seguir todas as outras derivações da memória. Bem por isso, o trabalho que algumas iniciativas fazem – por exemplo, iniciativas políticas e governamentais – em dar maior destaque a *uma* perspectiva de memória fixe tão fortemente *um projeto específico* de proposição da memória do imigrante japonês. A seguir, apresentaremos de que maneira propusemos essa leitura. Antes, contudo, explicamos os encaminhamentos metodológicos deste estudo.

Fios de métodos; pontos de sutura

Esta investigação se localiza em uma proposta interdisciplinar, com ancoragem na Análise do Discurso (Pêcheux, [1975] 2014; Orlandi, 2024), entendendo que a linguagem possui centralidade, em articulação com outros campos do saber, como estudos culturais (Bhabha, 1998; Said, 2007; Yerushalmi, [1987] 2017) e psicanálise (Freud, [1925] 2011). O ponto de partida desta investigação nasce da reflexão sistemática acerca do projeto de lei apresentado à Câmara Legislativa de Curitiba, em que houve a aprovação do intitulado *Roteiro Turístico da Presença Japonesa no Município de Curitiba, ou Rota Nipo-Curitibana*, cujo início data de junho de 2024 e tem sua última tramitação ocorrendo em abril de 2025. Tal Roteiro contempla dez pontos – não necessariamente turísticos – da capital paranaense, dispostas em uma rota que visa "promover e divulgar monumentos e logradouros que celebram a imigração japonesa no município de Curitiba[4]". Após o estudo da materialidade linguística do texto que sustenta o projeto de lei, a autoria deste artigo visitou os pontos da mencionada rota, registrando dados linguísticos relevantes, assim como fotografando uma parte destes pontos da rota, a fim de compor um endosso imagético daquilo que fora registrado pelos dados linguísticos. Em seguida, esses dados foram compilados, sistematizados e agrupados. Para a

[4] Fonte: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/system/LogonForm.do

apresentação deste estudo neste formato de artigo, optamos por apresentar apenas dois dos dez pontos da rota nipo-curitibana. Além disso, neste manuscrito, vamos apresentar os resultados de análise divididos por cada um dos dois lugares e não a partir da identificação de categorias de recorrência e dispersão da materialidade linguística, o que será abordado em outra ocasião. À vista disso, a seguir, listaremos todos os dez pontos presentes na rota nipo-curitibana, dando destaque à Praça do Japão e Praça Tsunessaburo Makiguti, dois "lugares de memória" (Yerushalmi, [1987] 2017) da supracitada rota que foram abordados neste texto.

Tabela 1 – Pontos da rota nipo-curitibana

Os dez pontos do Roteiro Turístico da Presença Japonesa no Município de Curitiba	
1) Praça do Japão	**6) Templo Nyorenji - Budista Primordial**
2) Praça Himeji	**7) Parque do Centenário da Imigração Japonesa**
3) Praça Ryu Mizuno	**8) Templo Budista Nishi Hongwanji de Curitiba**
4) Associação Cultural e Beneficente Nipo-Brasileira de Curitiba – Nikkei Curitiba	**9) Praça Tsunessaburo Makiguti**
5) Palácio Hyogo	**10) Templo Higashi Honganji de Curitiba**

Fonte: elaborado pelo autor (2025), com base no projeto de lei nº 005.00093.2024.

A seguir, apresentaremos os resultados de análise, principiando pela análise dos efeitos de sentido do texto da lei, passando, posteriormente, para as materialidades discursivas dos locais destacados.

Fios que (entre)tecem

Iniciamos esta subseção apresentando os excertos extraídos do texto da lei que cria a rota nipo-curitibana. O texto apresenta cinco artigos, em que são expostos o texto em si e a justificativa para proposição de tal lei, encabeçados pela ementa. O artigo 1º institui o roteiro, elencando monumentos, logradouros e espaços que "remetem à cultura e à presença japonesa

em Curitiba", os quais foram dispostos na tabela 1, na subseção anterior deste manuscrito. No artigo 2º, são apresentados os três objetivos deste roteiro, quais sejam,

> I- a promoção e a divulgação dos monumentos e logradouros que remetem, celebram e *homenageiam a imigração japonesa* no Município de Curitiba;
> II- o reconhecimento dos vínculos e laços estabelecidos *entre as culturas oriental e ocidental*, que contribuíram para o desenvolvimento do Município de Curitiba;
> III - Estímulo ao turismo, *geração* de empregos e *renda* (p. 2-3, grifos nossos).

Observa-se, de início, que a disposição dos lugares no roteiro leva a cabo a ideia de "homenagear a imigração japonesa", muito embora, em alguns casos, como são os templos budistas, estes não foram criados com escopo de promover a imigração, mas, seguramente guardam relação com o Japão pela característica muito própria de sincretismo religioso presente no arquipélago japonês. Todavia, o que chama atenção nos objetivos é o item II, cuja redação, apesar de sugerir uma aproximação entre elementos tidos como culturalmente diferentes, acaba aprofundando a cisma. Discorro.

Ao propor "o reconhecimento dos vínculos e laços entre as culturas orientais e ocidentais", a autoria do texto reproduz um tipo de discurso com fundamento orientalista (Said, 2007), em que essa ideia de Oriente, em oposição ao Ocidente, não só se atualiza via texto de lei, como se reforça justamente pelo investimento que texto escrito ganha pela chancela estatal e, consequente transformação em instrumento ideológico do Estado. Além disso, quando analisamos a materialidade linguística, vemos a ocorrência de um mecanismo de *antecipação* (Pêcheux, [1975] 2014; Orlandi, 2024), na medida em que a utilização dos termos "Oriental" e "Ocidental" antecipam ante ao leitor o conhecimento do que seja "Oriente" e "Ocidente". E não somente isso, antecipam do leitor a capacidade metonímica de deslocar "Oriente" como sinônimo de "Japão"; ao passo que "Ocidente" estaria na posição semântica de "Brasil". Orlandi (2024) esclarece que na antecipação "[...] o locutor experimenta o lugar de seu ouvinte, a partir de seu próprio lugar: é a maneira como o locutor representa as representações de seu interlocutor e vice-versa. As variações da interlocução são definidas pelo funcionamento da instituição que molda o discurso (Orlandi, 2023, p. 151). Na medida em que a instituição é a própria representação da nação, no microcosmo do município, a antecipação ocorre pressupondo do leitor uma leitura orientalista de mundo.

Ademais, ao retomarem a divisão metafórica orientalista (Said, 2007) com os termos "Oriente" e "Ocidente" em posições discursivas distintas, em nossa leitura, há a estabilização

de sentidos entre o "lado de cá" e o "lado de lá", propondo, portanto, um aprofundamento das relações de alteridade, o que, em certa medida vai ao encontro do que propõe o objetivo disposto no texto de lei. Said (2007) alerta que esse tipo de funcionamento epistemológico incorre em uma postura reducionista e, no mais das vezes, equívoca, uma vez que agrupa sob a mesma categoria elementos intrinsicamente diferentes. Nas palavras do autor palestino,

> [...] os terríveis conflitos reducionistas que agrupam as pessoas sob as rubricas falsamente unificadoras como "América", "Ocidente" ou "Islã", inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros, não podem continuar tendo a força que têm e devem ser combatidos; sua eficácia assassina precisa ser radicalmente reduzida tanto em eficácia como em poder mobilizador (Said, 2007, p. 25).

Em que pese o papel da linguagem nessas representações, Pêcheux ([1975] 2014) assevera que "[...] ao falar de 'domínios de pensamento', não estamos querendo designar *conteúdos de pensamento fora da linguagem*, que se encontrariam na linguagem com outros conteúdos de pensamento: na verdade, todo "conteúdo de pensamento" existe na linguagem, sob a forma do discursivo" (Pêcheux, [1975] 2014, p. 89). Bem por isso, os sistemas de pensamento que compreendem a divisão do globo em oriente e ocidente e, neste caso, o Japão respondendo pelo oriente, precisam rever seus pontos de ancoragem, sobretudo, conforme destaca Said (2007), porque essas categorias escamoteiam as diferenças constitutivas de nação, língua e identidades culturais.

No texto de lei, além dos três objetivos, vemos também a *Justificativa* para proposição de tal legislação. Nas justificativas 1 e 2, apresenta-se um breve preâmbulo da história da imigração japonesa, em que os marcos temporais de 1908 – chegada do primeiro navio de imigrantes japoneses ao Brasil – e 1912 – primeira movimentação de imigrantes japoneses na capital paranaense. Semelhantemente, as justificativas 3 e 4 discorrem sobre capítulos da história dos primeiros imigrantes japoneses. Já a justificativa 5 menciona o início do conflito da Segunda Guerra Mundial e de que maneira isso se refletiu nos imigrantes residentes em Curitiba. No corpo do texto, lê-se

> Vinte e dois anos após a chegada do Kasato Maru ao porto de Santos, os japoneses começavam a participar e a integrar a sociedade brasileira. Todavia, *Segunda Guerra Mundial eclodiu*. Os imigrantes nipônicos porque relacionados ao Eixo, tiveram *muitos de seus direitos suprimidos ou cassados*. Nesse período, era comum a imprensa criticar abertamente a presença japonesa no Brasil. Embora se fale muito pouco a respeito, houve, na grande Curitiba, *uma espécie de campo de concentração para japoneses*, a Granja do Canguiri. Confinados nesse espaço, os japoneses realizavam trabalho agrícola pesado, *eram ridicularizados e humilhados* (p. 2, grifos nossos).

Observa-se no excerto acima um dado histórico de absoluta relevância. Após o início da Segunda Guerra Mundial, a situação dos imigrantes japoneses ficou bastante delicada, inclusive com perseguição aos centros de ensino de língua japonesa e organizações comunitárias. Moriwaki e Nakata (2008) recordam que "[...] em dezembro de 1938, o governo federal decretou o fechamento de todas as escolas de línguas estrangeiras" (Moriwaki; Nakata, 2008, p. 39). Tal perseguição também incidiu também sobre os cidadãos. Conforme o próprio texto de lei destaca, houve na região de Curitiba um local para onde japoneses foram enviados. Não muito distante do centro da cidade, nesta fazenda, os japoneses eram forçados a trabalhar em atividades agrícolas e domésticas. Apesar das pouquíssimas fontes de pesquisa sobre esse assunto, este é um elemento capital para a memória dos imigrantes japoneses em Curitiba. Embora apareça no texto de lei, no roteiro nipo-curitibano, essa fazenda – que hoje abriga o colégio estadual de Educação Profissional Newton Freire Maia – não é incluída, tampouco representa um lugar de memória (Yerushalmi, [1987] 2017) com essa finalidade.

Neste ponto, será preciso refletir sobre a gestão da memória dos imigrantes japoneses. Há pouco, mencionamos a proposta freudiana da memória como um bloco mágico (Freud, [1925] 2011), em que houve a marcação do acontecimento na estrutura mais profunda – anteparo de cera –, mas que, pelos acontecimentos ulteriores, essa marcação foi removida da estrutura celuloide mais superficial, com a apagamento da inscrição pelo movimento ativo de exclusão. Em nossa leitura, essa articulação abre espaço para uma reflexão singular. O campo de concentração de japoneses propõe uma marcação profunda na cera da história. Contudo, observando as ações posteriores, inclusive na transformação do local em uma escola pública, o que se conclui é que o apagamento não aconteceu semelhante ao bloco mágico, em que a estrutura superficial se esvanece, mantendo a marca mais profunda. A gestão da memória dos imigrantes japoneses, nesse episódio, está mais semelhante a um *palimpsesto* (Genette, 2010), na medida em que houve um movimento ativo de esquecimento – leia-se raspagem da história e da memória – e uma reescritura por cima. No bloco mágico freudiano, a marca está lá, encoberta, aparente, recuperável e, em certa medida, acessível. No outro caso, conforme assevera Genette (2010), "[u]m palimpsesto é um pergaminho cuja primeira inscrição foi raspada para se traçar outra, que não a esconde de fato, de modo que se pode lê-la por transparência, o antigo sob o novo.

A raspagem do episódio do campo de concentração na memória dos imigrantes faz questionar a memória como lugar de constante conflito e disputa. Robin (2016, p. 96) sentencia que "o verdadeiro esquecimento é da massa anônima. O que se deixa depois de uma vida 'normal'?" E continua a historiadora franco-quebequense, "o verdadeiro esquecimento talvez não seja o vazio, mas o fato de imediatamente colocar uma coisa no lugar de outra, em um lugar já habitado, de um antigo monumento, de um antigo texto, de antigo nome" (Robin, 2016, p. 93). E não foi esse tipo de *esquecimento* que tivemos neste episódio? Bem por isso, o palimpsesto do campo de concentração foi tão raspado que a leitura através da "nova história" só é feita de relance, de revés. Como se esse esquecimento – raspagem – fosse ativo e a rememoração de outros elementos – praças, templos e associações – fosse o esforço de memória que não só propõe um outro tipo de memória do imigrante japonês, como também, invariavelmente, um outro imaginário histórico-cultural acerca do imigrante em Curitiba. É digno de nota que, entendemos com Didi-Huberman, que "[a] destruição dos seres não significa que eles foram para outro lugar. Eles estão aqui, decerto: aqui, nas flores dos campos, aqui, na seiva das bétulas, aqui, neste pequeno lago onde repousam as cinzas de milhares de mortos (Didi-Huberman, 2017, p. 62). E estando aqui, o trabalho de gestão dos lugares de memória do imigrante japonês deve incidir sobre esses recortes, semelhantemente ao que já acontece com outras propostas em Curitiba, como o Museu do Holocausto.

Entretanto, raspando o palimpsesto nessa altura, as novas inscrições vêm preencher esse lapso no espaço de remoção de um já-vivido, em oposição a um tipo de memória mais higienizada e, portanto, mais administrável. No caso da rota nipo-curitibana, a escolha incidiu sobre lugares que retomam um plano superficial da memória, como pessoas que são investidas de narrativas de relativa importância no curso dos fatos, bem como lugares de memória eleitos como representação do reconhecimento da presença de elementos culturais na cidade. Para este manuscrito, discorremos sobre dois destes lugares, conforme expresso nas notas metodológicas deste estudo. Principiaremos pela Praça do Japão.

Foto 1 – Placa na Praça do Japão

Fonte: acervo pessoal do autor (2025).

Foto 2 – Pedra na Praça do Japão

Fonte: acervo pessoal do autor (2025).

Nas fotos 1 e 2, ambas localizadas na Praça do Japão, vemos uma placa informativa que descreve dados históricos da implantação da praça e da arquitetura do local. No detalhe da placa, lê-se

> Homenagem aos filhos do "*Sol Nascente*" que aqui se radicaram dedicando-se à agricultura. Tem 30 cerejeiras enviadas do Japão pelo *Império Nipônico* e lagos artificiais nos moldes japoneses. Em 1993, incorporou o Portal Japonês, a Casa da Cultura e o Memorial da Imigração Japonesa. Em 1997, foi implantada a maquete do Castelo de Himeji, presente da cidade-irmã de Curitiba (grifos nossos).

De início, o que chama atenção é o teor da placa informativa. Sendo um dos lugares que "celebram a imigração japonesa", é de se esperar que uma parte dessa história seja contada. Contudo, o que salta aos olhos é a forma como essa história é proposta. Analisando texto da placa, vemos duas referências diretas ao Japão com menções que retomam uma memória discursiva que flerta com o discurso que esteve vigente durante – destaque – justamente o período dos regimes totalitaristas e o deflagrar da Segunda Guerra. Quando a placa faz referência aos "filhos do Sol Nascente", estamos pensando no mito criação do povo japonês que, segundo conta a lenda fundadora, descendem diretamente dos deuses, o que justifica inclusive a posição privilegiada da família imperial japonesa. Para Sakurai (2008),

> [a]té o fim do ciclo que se fecha em 1945 (iniciado em 1848), os japoneses foram insistentemente socializados na crença da divindade do imperador como a figura máxima da nação japonesa. Sua condição divina remontaria à época da criação das

> ilhas japonesas, quando também teria sido criado o povo japonês, constituído por deuses, ainda que não tão importantes quanto os da família imperial (Sakurai, 2008, p. 49).

Nesse sentido, quando esta placa mobiliza "filhos do sol nascente" e "império nipônico" em um local que visa "reconhecer os vínculos entre as culturas oriental e ocidental", a nosso ver, as menções a esse tipo de discurso são indesejáveis, pois parecem não harmonizar com o propósito concebido para a Praça como lugar de celebração das relações diplomáticas pacíficas, bem como espaço de homenagem à memória dos imigrantes. Se compusermos essa informação presente na placa com a inscrição em língua japonesa presente em uma escultura de pedra também presente na Praça do Japão, talvez teremos igualmente alguma razão para relativizar e problematizar o uso da linguagem. Em japonês, lê-se 和心[5]清風 – *washin seifū* – que em uma tradução livre, poderia significar "uma brisa suave do espírito japonês". Fica-nos a questão: do que se trata esse "espírito japonês"?

Na composição como um todo, acreditamos haver aqui uma gestão memorialística do tipo palimpsesto. A inclusão de uma narrativa que toca a constituição dos imigrantes japoneses no Brasil foi inserida na raspagem de uma história que apresenta uma textura com resquícios de um passado imperial, como um palimpsesto que deixa entrever a história primeva. Mais do que isso, uma história que insiste em permanecer ativa e rememorada. Régine Robin (2017) lembra que

> [...] história e psicanálise não têm a mesma concepção epistemológica do tempo. Podemos até dizer que as duas estratégias de do tempo se confrontam. Para a psicanálise, o esquecimento é ativo. Ele se insinua, ele retorna, pode até governar o presente. Para a historiografia, e essa será sua própria dificuldade em tratar dos problemas de memória, existe um corte entre o passado e o presente (Robin, 2017, p. 36).

Nesse sentido, o que se pode depreender é, via psicanálise, é que determinados esquecimentos estão ativamente operando na gestão da memória dos imigrantes japoneses, enquanto efeitos de sentido de uma mesma memória discursiva se atualizam de um sem-número de formas. Se no início do texto, propomos que a gestão da memória caminha para um lado de propor o lugar do imigrante japonês como o "bom imigrante", encontramos no ponto 09 da rota nipo-curitibana um eco deste discurso. Esta praça leva o nome de um dos imigrantes que aparentemente organizaram associações educacionais que contemplavam os imigrantes e seus

[5] Esses dois ideogramas juntos ainda apresentam as leituras あいみ, なごみ, ななみ, todos nomes próprios femininos. Cf. https://jisho.org/search/%E5%92%8C%E5%BF%83.

filhos, sob a égide de uma instituição internacional. Na praça Tsunessaburo Makiguti, abaixo de um busto em tamanho real do Makiguti, vemos a seguinte placa:

Foto 3 – Placa abaixo do busto de Tsunessaburo Makiguti

Fonte: acervo pessoal do autor (2025).

No detalhe, vemos que a praça é uma homenagem a este imigrante e seu papel na difusão da educação. Esta placa, por si, não aponta para efeitos de sentido tão expressivos. Contudo, ao observar esta placa, como materialidade linguística, juntamente ao texto de lei de criação da rota nipo-curitibana, vemos como as bordas dos sentidos ficam mais consistentes e mais visíveis, em relação à hipótese central deste manuscrito. No texto de lei, os pontos 6, 7, 8 e 9 apontam para os seguintes sentidos:

> 6. Felizmente, o tempo passou e a *guerra ficou no passado*. Os japoneses resistiram e, agora, seus descendentes, nascidos aqui, além de brasileiros, também são curitibanos. A colônia japonesa, *graças a muito trabalho e resiliência, prosperou*.
> 7. *Organizados, os japoneses voltaram a se reunir*. O Tomonokai, o Uberaba Seinenkai, a Sociedade Esportiva Cultural e Beneficente Glória foram inaugurados em 1948.
> 8. Na sequência, elas passaram a promover a cultura japonesa, a fortalecer os laços comunitários e a contribuir para *a efetiva integração dos nipo-brasileiros na sociedade curitibana*.

> 9. Hoje, a cultura japonesa, preservada pelos seus descendentes faz parte do cotidiano de Curitiba. Restaurantes, escolas de língua japonesa, centros culturais e comemorações, como o Haru Matsuri (Lei Ordinária nº 11.028/2004), o Hana Matsuri (Lei Ordinária nº 14.107/2012) e o Imin Matsuri (Lei Ordinária nº 15.758/2020), todos eventos oficiais, são exemplos da *harmoniosa relação* nipo-brasileira e nipo-curitibana (p. 3-4).

Argumenta-se, portanto, que o texto de lei, por todo seu alcance chancelado pela esfera político-governamental, aliado ao conjunto de lugares que foram eleitos como os espaços de celebração e memória dos imigrantes japoneses, todo esse cenário participa de um discurso que orienta a construção e a representação dos imigrantes japoneses como o "bom imigrante". Se observarmos no texto da lei, a presença de "muito trabalho", "resiliência", 'organizados", "efetiva integração", "harmoniosa relação", paralelamente ao destaque de imigrantes que concentram seus esforços na criação "de um mundo melhor através da educação", engendram a construção do imaginário social acerca do imigrante, bem como estabilizam os sentidos em torno do sintagma "imigrante japonês", de tal forma que, quando mobilizado no fio do discurso, esse tipo de construção alça, por perífrase, todo esse imaginário que se encontra endossado pelas iniciativas institucionais, pela memória discursiva e pelos espaços públicos que, a um só tempo, buscam prover espaços de memória e operar com esquecimentos ativos e circunstancialmente bem engendrados, como um palimpsesto que recobre a história anterior tanto mais forte quanto menos evidente.

Sutura final – encerrando

Este manuscrito apresenta um conjunto de reflexões acerca da construção da memória do imigrante japonês no Brasil. Para tanto, propomos um dispositivo analítico que se baseou na leitura crítica de um texto de lei que propôs a criação de uma rota nipo-curitibana, cujo mote seria celebrar e divulgar monumentos e espaços que pudessem se relacionar com a história da imigração japonesa na cidade de Curitiba. Em nossa leitura, o que ocorre é, antes de um tudo, um trabalho muito centrado em uma ideia muito filtrada de memória. Mais do que isso, uma noção de memória atrelada à divulgação e reforço de certos ideais que contribuem para a construção – pelo fio do discurso – de um imaginário do imigrante japonês como o "bom imigrante", "trabalhador", "organizado". Contudo, observando mais atentamente a materialidade discursiva, bem como os principais locais que compõem a rota, pudemos identificar que, mesmo nos locais com orientação clara à celebração das boas relações entre

Brasil-Japão, há resquícios de um discurso totalitarista, que remonta uma memória discursiva que data do período da Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma, objetos que compõem a visualidade do espaço ora analisado introduzem no fio do discurso um elemento que opera em um entre-lugares de um sentido de purismo de cultura – espírito japonês – e uma abstração dos valores que compõem a sociedade japonesa. Além disso, no outro local analisado, vemos como o mote do espaço endossa o imaginário centrado na questão de organização, dedicação e trabalho, que atravessam a representação do imigrante japonês no discurso de imigração.

Por todo exposto, acreditamos ser necessário elaborar melhor as materialidades linguísticas evidenciadas nos outros espaços da já citada rota nipo-curitibana. Contudo, o que já podemos inferir é que o funcionamento discursivo deixa entrever seus pilares de funcionamento e suas formas – ora mais sutis, ora mais graves – de articulação e representação junto aos sujeitos de linguagem. Nesse sentido, cumpre destacar que este é o intento inicial de elaborar teórico-metodologicamente o assunto abordado, desejando expandir mais as discussões acerca do recorte aqui empreendido. Como palavra final, penso que há lugares de memória que são acintosamente relegados ao esquecimento e ao silêncio, não porque não sejam importantes, mas porque, ao contrário, são preciosos demais. Falam demais. Produzem discursividade demais. E o excesso de memória, como lembra Robin (2016) e Yerushalmi ([1987] 2017), também é um problema. Contudo, é um problema de todos. Pelo efeito de evidência, parece que é um problema somente dos filhos e netos de imigrantes, o que não é, em absoluto, verdade. Shoshana Felman (2014) recorda que

> O silêncio pode ser tanto o exterior da linguagem quanto uma posição no interior da linguagem, um estado de ausência de ruído ou ausência de palavras. Silenciar é, entretanto, não um estado, mas um acontecimento. É a significância do acontecimento que enfatizarei e tentarei, ademais, compreender na sequência. O que significa que a cultura – na voz de sua mais profunda testemunha – tenha de silenciar? (Felman, 2014, p. 53).

Referências

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BHABHA, Homi K. O entrelugar das culturas.... *In*: BHABHA,, Homi K.. **O bazar global dos cavalheiros ingleses. Textos seletos**. Tradução de Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Rocco, 2011, p. 80-94.

CALLIGARIS, Contardo. **Hello Brasil!** Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil, São Paulo, Três Estrelas, 1ª edição, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.

FELMAN, Shoshana. **O inconsciente jurídico**: Julgamentos e traumas no século XX. Tradução de Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2014.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Tradução de Luciene Guimarães e Maria Antônia Ramos Coutinho. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

FREUD, Sigmund (1923-1925). Nota sobre o "Bloco Mágico". *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas,** volume 16: O eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos. Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1936] 2014.

MIZUBAYASHI, Akira. **Une langue venue d'ailleurs.** Paris: Gallimard, 2010.

MORIWAKI, Reishi; NAKATA, Michiyo. **História do Ensino da Língua Japonesa no Brasil.** Campinas: Editora Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Edição comemorativa 40 anos. São Paulo: Editora Pontes, 2023.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2014.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

YERUSHALMI, Yosef. Reflexões sobre o esquecimento. *In*: YERUSHALMI, Yosef; LORAUX, Nicole *et al*. **Usos do esquecimen**to. Campinas: Editora da Unicamp, [1987] 2017, p. 9-28.

Recebido em: 15/11/2025; **Aceito em:** 22/11/2025.